

Resenha

**NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 411 p.**

*Giana Lange do Amaral*

A segunda edição do livro “Educação e Sociedade na Primeira República”, de Jorge Nagle, é um presente há muito esperado por aqueles que estudam a educação brasileira, já que sua obra tem sido uma referência fundamental às pesquisas educacionais nessas últimas três décadas.

Sua primeira edição foi publicada há bastante tempo, em 1974, pela EPU/ EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo – e a dificuldade em encontrar-se exemplares originais vinha impelindo muitos leitores à condenada prática de leitura através de fotocópias.

Considerado um marco na mudança dos padrões da pesquisa educacional no Brasil, o livro vem constituindo-se em uma leitura obrigatória para gerações de pesquisadores.

Essa nova edição, tem forma e conteúdo praticamente idênticos aos da primeira edição. A única alteração fica por conta das notas de rodapé que passam a ser apresentadas junto ao texto e não no seu final, o que sem dúvidas facilita bastante a leitura.

Esse estudo de Nagle é fruto de sua tese de livre-docência, defendida em 1966 no departamento de Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Embora o título de sua tese fosse restrito à década de 1920 - “Educação e Sociedade no Brasil (1920-1929)” -, é fato que ela acaba por abarcar todo o período da Primeira República, de 1889 a 1930.

O livro integra os universos da educação e da sociedade através da idéia de que a *educação escolar* é composta, ao mesmo tempo, por três dimensões: a da sociedade, a do sistema escolar e a da estrutura técnico-pedagógica. Para atender a essa orientação, o autor apresenta seu estudo em duas partes principais.

Na primeira, busca construir o que seria um retrato da sociedade brasileira na década de 1920, analisando os setores político, econômico e social. Segundo o autor, nesse período, embora o jogo das forças sociais e de estrutura do poder (o coronelismo) seja o mesmo de momentos históricos antecedentes, esse decênio se diferencia pelo conjunto de condições que estimulam e provocam um processo que vai se desencadeando. O país se envolve em um clima de efervescência ideológica e de inquietação social, onde se observa um maior grau de perturbação provocado pelas campanhas presidenciais, o alastramento das incursões armadas, as lutas reivindicatórias do operariado, as pressões da burguesia industrial, as

medidas de restrição adotadas na Revisão Constitucional de 1926, assim como o desencadeamento do movimento revolucionário vitorioso de outubro de 1930.

Como conseqüência, são analisadas nesta primeira parte de seu estudo, determinadas correntes de idéias e movimentos político-sociais que marcaram esse período, tais como o socialismo, o anarquismo, o maximalismo, o nacionalismo, o catolicismo, o tenentismo, o modernismo e os antecedentes do integralismo. Essa variedade de diferentes orientações ideológicas, presente, especialmente no decênio dos vinte, denota uma heterogeneidade sócio-cultural, assim como a presença de marcante inquietação política e social, reflexo da existência de um desajuste entre as forças sociais dominantes e as novas forças sociais emergentes.

Na segunda parte do trabalho o autor realiza um estudo sobre a educação, ressaltando os movimentos denominados por ele como *entusiasmo pela educação* e *otimismo pedagógico*. A partir desse trabalho tornou-se recorrente entre os pesquisadores referir-se ao movimento educacional brasileiro, durante a década de 1920, utilizando essas denominações que ele cunhou para expressar dois momentos distintos desse movimento e suas características. Ainda nessa parte do trabalho, Nagle analisa as iniciativas e reformas dos governos federal e estaduais, e do distrito federal, tendo em vista estabelecer um quadro da penetração do movimento da Escola Nova no Brasil e um panorama da literatura educacional da época, terminando com um capítulo sobre o tema Estado e Educação.

Segundo o autor, o *entusiasmo pela educação* e o *otimismo pedagógico* que caracterizam a década dos anos vinte, resultaram do fato de que, no decênio anterior, houve a inclusão sistemática dos assuntos educacionais e, fundamentalmente, da luta contra o analfabetismo, nos programas das diferentes correntes de idéias, movimentos políticos e sociais. São retomados, então, os ideais republicanos e democráticos ligados aos anseios de ampliação das oportunidades educacionais para todos, ou seja, de universalização do ensino elementar à massa da população inculta e analfabeta.

Nos anos 20, diante da efervescência ideológica e dos movimentos políticos-sociais a escolarização foi percebida como uma força propulsora do progresso da sociedade brasileira. Torna-se mais forte a idéia da reconstrução social pela reconstrução educacional.

Mas Nagle identifica uma anterioridade temporal do *entusiasmo pela educação* em relação ao *otimismo pedagógico*. O *entusiasmo pela educação* seria caracterizado pela importância atribuída à escolarização, considerada o maior problema nacional a ser enfrentado e cuja solução dependeria do

encaminhamento adequado de todos os demais problemas nacionais. Já o *otimismo pedagógico* manteria essa crença no poder da educação, mas não de qualquer tipo de educação. Diante do acelerado desenvolvimento urbano-industrial tornar-se-ia necessário superar o atraso e a ignorância em que se encontrava o país através de uma nova pedagogia para a formação de um homem novo, ou seja, um “novo trabalhador”. Era preciso uma reforma da escola a partir da implantação dos princípios escolanovistas que visavam a superação do ensino academicista, formalista e intelectualista. A simples disseminação das escolas não bastava. Portanto, o ensino academicista era de pouca valia para um país que necessitava de trabalhadores que fossem a força propulsora e produtora da riqueza nacional.

Jorge Nagle observa que, como padrão de pensamento, o *entusiasmo educacional* e o *otimismo pedagógico*, estiveram presentes em todos os níveis e tipos de escolarização, especialmente nas áreas não vinculadas à Igreja Católica. Mas como padrões de realização, provocou significativas alterações, no ensino elementar, tanto no sentido qualitativo, quanto no quantitativo, estimulado graças aos esforços dos governos estaduais. Já no caso do ensino secundário e superior, que por força de interpretação constitucional se encontravam no domínio da competência da União, tais idéias conservaram-se, durante a década de vinte, como meros padrões a influenciarem os quadros do pensamento educacional.

A obra “Educação e Sociedade na Primeira República” constitui-se, também, em um rico manancial de informações sobre as reformas e os reformadores desse período. Sob a influência do *entusiasmo educacional* e do *otimismo pedagógico*, Nagle aborda iniciativas e reformas do Governo Federal, tais como a criação da Universidade do Rio de Janeiro, a Conferência Interestadual de Ensino Primário, a remodelação do ensino profissional técnico, o regulamento das ciências econômicas e comerciais, o ensino agrônômico e a Reforma João Luís Alves - em que figuram dispositivos que interessam ao ensino primário, secundário e superior, além de outros que se referem à administração escolar .

O autor dedica, ainda, um capítulo à análise do movimento reformista e remodelador das instituições escolares do Distrito Federal e dos Estados, principalmente São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco, onde o *entusiasmo pela educação* e o *otimismo pedagógico* tiveram influência mais decisiva e marcante. São aí apontados aspectos referentes à administração escolar, ao ensino primário, ao ensino normal e a outros níveis e ramos de ensino, assim como a sua nacionalização e ruralização.

Ao tratar da introdução do escolanovismo no Brasil, Nagle legitima um veio de estudos em torno dessa temática. Segundo ele, com o

escolanovismo, ocorre uma gradual substituição da dimensão política pela dimensão técnica, ou seja, a substituição de um modelo mais amplo por um outro mais restrito de percepção da problemática nacional. Com a emergência do “técnico”, do “profissional da educação”, ocorre a crescente dissociação entre os problemas sociais, políticos e econômicos e os problemas pedagógicos. O autor ressalta, então que, ao destacar e superestimar determinados aspectos técnicos da escolarização, o movimento escolanovista deslocou o enfoque fundamentalmente político que a questão da educação popular vinha tendo até então para um tipo de análise interna. Essa constituiu-se em uma das mais profundas transformações que se processam no domínio da escolarização.

A literatura educacional desse período de multiplicidade de orientações ideológicas também é analisada, uma vez que, através de seu exame, torna-se possível identificar diferentes manifestações do pensamento educacional vigentes na época.

Finalizando sua obra, Jorge Nagle analisa determinadas facetas das relações entre o Estado e a Educação Brasileira, especialmente aquelas concernentes à disciplinação jurídica. Conclui que, na época por ele estudada, o Estado se apresenta como instituição asseguradora da estrutura de classes existente, se colocando a serviço da classe dominante. Ao buscar “manter a ordem”, o Estado constitui-se em um agente que impede, mais do que dinamiza, a escolarização.

As considerações até aqui levantadas registram um panorama sucinto da complexidade e riqueza que temos em “Educação e Sociedade na Primeira República”, um clássico da História da Educação Brasileira, e que, como tal, vem contribuindo para a fundamentação e desdobramento de vários estudos sobre a educação no país.

Fica registrada a recomendação para que todo o pesquisador visite ou revise esse estudo que, como clássico que é, muitas vezes chega até nós através de críticas, comentários e interpretações de outros autores o que pode vir a distorcer ou diminuir a qualidade e a importância do texto.

Giana Lange Amaral é professora do Colégio Municipal Pelotense, doutoranda do PPGEdU/UFRGS e pesquisadora do CEHIE (Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – FaE/UFPeL). Publicou o livro “O Gymnasio Pelotense e a maçonaria: uma face da História da Educação em Pelotas”. Pelotas: Seiva, 1998. Atualmente desenvolve a pesquisa “Gatos Pelados e Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas”.

Endereço: Rua Gen. Telles, 863, apto. 301, bloco B - Pelotas, RS - CEP 96010310. e-mail [giselaab@etfpel.tche.br](mailto:giselaab@etfpel.tche.br)